



PSOL 50



REDE 18
SUSTENTABILIDADE

PROGRAMA POPULAR E ANTIOLIGARCA

FEDERAÇÃO PSOL/REDE

A crise do capitalismo, iniciada em 2008, estruturada a partir da relação existente entre a especulação financeira (mercado de capitais) como principal forma de acumulação de capitais, e, os crescentes bolsões de exclusão social e econômica – a que milhões de seres humanos estão expostos – marcam o atual período de disputas teóricas e políticas.

A vida torna-se cada vez mais difícil no capitalismo. As altas taxas de concentração de renda, as altas taxas de desemprego, a crescente importância política dos oligopólios e a financeirização do processo produtivo – dinheiro produzindo dinheiro – impõe a grande parcela dos trabalhadores uma vida de fome, doenças e morte precoce.

Romper com a lógica da apropriação privada da produção social consiste como o único caminho viável à sociedade. Pois, além da vida de cada um de nós, o meio ambiente e as relações colaborativas sofrem sob a chibata do capital e sua lógica individual de existência e acumulação de capital.

Diante da atual crise do capital, ameaça-se a construção do Estado socialdemocrata, direitos sociais e trabalhistas são retirados ou reduzidos, pelos governos nacionais, a fim de atender o processo de financeirização que serve exclusivamente para ampliar as desigualdades econômicas entre os capitalistas e os trabalhadores. A exemplo da emenda constitucional 95, que impôs a nação brasileira, sob o governo Temer um gasto de cerca de 2/3 do orçamento com o mercado de capitais, orientação mantida sob o Governo Bolsonaro.

Outra estratégia adotada pelo polo central do capitalismo é submeter as economias capitalistas periféricas, cada vez mais, a um processo de dependência econômica, buscando especializar essas regiões como fornecedoras de matéria-prima à produção central dos Estados belicistas do capitalismo. A exemplo do que ocorre na República Bolivariana da Venezuela.

Na atualidade, a ocupação dos Estados nacionais pelos oligopólios e trustes impõe uma nova lógica no pensamento de organização da esfera pública, fortalecendo as premissas do Estado Mínimo. A interferência destas corporações

nos interesses nacionais e estaduais formula-se de várias formas, mas consistem em sua essência na capitulação de governos aos interesses das empresas, as quais, cada vez mais, acumulam riqueza em detrimento de milhares que morrem de fome todos os anos.

As tensões bélicas também figuram como grave ameaça ao mundo contemporâneo. Desde o ano de 2001 sob a justificativa da “guerra ao terror” e “guerra as droga” o mundo enfrenta uma escalada de confrontos regionais que impelem a humanidade milhões de mortes e deslocamentos em massa de seres humanos. A corrida armamentista dos Estados centrais proporciona riscos de ampliação do conflito bélico que envolve a Rússia e a Ucrânia, impondo as nações e ao mundo a tensão constante de um conflito nuclear, sob a égide expansionista e militarista da Otan.

Neste contexto que ocorre o processo de disputa dos Estados Nacionais na América Latina. A ascensão de forças sociais democráticas ao centro do poder governamental proporcionou a vários países o rompimento de diversas barreiras, apesar do contexto político em boa parte deles, a exemplo do Brasil, se organizar em alianças que continham expressões burguesas que retomaram o poder na primeira oportunidade.

O Brasil entre os anos de 2003 e 2015 viveu um governo dual. Conquistas sociais a grande maioria do povo e ganhos de capital por parte da burguesia nacional e internacional foram marcas destes anos. Apesar dos avanços em algumas aéreas, o governo de coalizão de centro-esquerda, capitaneado pelo PT, não enfrentou questões essenciais e históricas de nosso povo. A não realização de uma reforma urbana e agrária, a falta de políticas de fortalecimento de um processo produtivo social e o afastamento das massas sociais fez o governo caminhar cada vez mais rumo a manutenção dos princípios econômicos neoliberais que se estruturam no país desde a década de 1990.

O país vive uma quadra histórica, sob o Governo Bolsonaro de completa desconstrução da vida, onde as minorias políticas ou sociais são colocadas como inimigas do Estado. A Democracia é duramente atacada pelos arroubos autocráticos disseminados pelo Governo, amparado nas hordas protofascistas e parcelas das forças armadas, especialmente o oficialato da reserva. A ciência e a educação sofrem ataques constantes com seu desfinanciamento, afim de que

os arroubos teocráticos do Governo possam contrapor o conhecimento promovido pelos estabelecimentos de ensino. Aqui observamos a equívoca política de militarização de escolas por todo o país, especialmente Roraima que já possui mais de 60% de sua rede militarizada, com profissionais formados em cursos para combater bandidos.

Nesta quadra de alianças vemos forças produtivas e financeiras tecerem alianças com extratos fascistas, os quais ampliam o processo de exclusão de diversas parcelas do povo. Homossexuais, segmentos religiosos, negros e negras, indígenas e pobres são perseguidos e expulsos de regiões. Ampliando desta forma a movimentação de pessoas em torno das fronteiras nacionais.

O Governo de Bolsonaro e seus aliados é marcado pela institucionalização da coerção financeira de parlamentares, por meio das emendas secretas, conhecidas como orçamento secreto, fajuto, mas grave instrumento que se reproduz na Constituição do Estado de Roraima, retirando o poder de governar, priorizando gastos e investimentos que muitas vezes não representam as necessidades emergenciais do planejamento público, atendem, sim, interesses pessoais de parlamentares a seus redutos eleitorais. As falas antidemocráticas do atual Presidente fortalecem distorções sérias como essa.

A educação e saúde pública sofrem graves cortes que ampliam cada vez mais as desigualdades, impondo que os Estados e Municípios destinem mais recursos para financiar esses serviços, hoje atacados novamente com o corte do ICMS, sem a garantia de novos recursos para manter os serviços essenciais.

A carestia tornou-se uma realidade que maltrata o povo, impondo sofrimento e dor aos lares da classe trabalhadora. Muitas famílias possuem as ruas como único destino, diante da completa desorganização econômica e a priorização dos bancos e especuladores financeiros. Essa carestia é resultado direto da inflação e da dolarização da economia, ou seja, a classe trabalhadora recebe em real e paga em dólar, esse modelo impõe cada vez mais destruição de lares e incrementos aos crimes ambientais.

Roraima que se encontra na periferia do capitalismo brasileiro sofre diretamente com todo esse processo de desorganização econômica, principalmente por ter entre suas representações políticas, esquálidas projeções

oligárquicas que governam ou representam o povo com o único intuito de atender seus interesses privados.

O Estado público em Roraima assume cada vez mais a função privada de atenção aos interesses individuais dos políticos e empresários de plantão. Recentemente em publicação do IBGE fomos considerados o Estado mais desigual do Brasil, mesmo o crescimento do PIB não possibilitou melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora, pois o orçamento público foi sequestrado para atender interesses de políticos e empresários.

O atual Governo possui na produção de grãos e na criação de gado o único modelo econômico observado, modelo econômico que cria conflitos nos limites das terras indígenas e projetos de assentamentos – o qual sem acesso a estradas, financiamento e demais políticas sociais transformam-se lentamente em áreas de fazendas. Todos os esforços do Governo focalizam-se na produção de grãos e carne bovina, impondo o desmonte de outros setores, especialmente os produtores de alimentos, contidos especificamente na agricultura familiar e a agricultura indígena, incluídos exclusivamente pelas políticas do PAA, apesar dos cortes efetivados pelo Governo Federal.

A política de desmonte do Estado firma-se por meio da privatização ou inativação de setores e serviços públicos, assim ocorreu com o matadouro público, com a venda dos silos públicos, ou mesmo a tentativa de privatização da CAER, anunciada em fevereiro de 2019, pelo atual Governador. Política defendida também no programa Ponte para o Futuro que norteia a atuação política do MDB, basta ver a tentativa deste partido de privatizar as ruas de nossa capital.

Vencer a lógica das terceirizações na contratação de pessoal, as tentativas de repasse da gestão pública para organizações sociais, conter a política privatista de bens e serviços públicos, combater privilégios e a apropriação do orçamento por determinados setores públicos e privados, bem como combater a corrupção consistem em um referencial que norteia nossa atuação nestas eleições e no futuro governo popular.

Denunciar e combater o garimpo e o desmatamento ilegal é uma função dessa aliança política, tendo em vista a importância do meio ambiente para nossa qualidade de vida. A defesa da vida é um fundamento que norteia nossas

políticas, a fim de que possamos trilhar um caminho de desenvolvimento humano que melhore a qualidade de vida do nosso povo.

Portanto, superar as disparidades sociais e econômicas exige da sociedade roraimense não apenas a construção de uma sociedade avançada localmente, mas sua contribuição direta pela construção de uma nação soberana e socialista. Pensar, nosso Estado, impõe aos segmentos de esquerda a defesa de princípios básicos que norteiem a formulação deste programa, baseado nas premissas do PÃO, PAZ E TRABALHO:

1. Contra qualquer proposta de privatização de serviços ou bens públicos;
2. Defesa do meio ambiente e preservação da nossa fonte de vida;
3. Solidariedade aos povos;
4. Defesa da educação e saúde pública, gratuita e de qualidade;
5. Fortalecimento das iniciativas da economia solidária;
6. Fortalecimento da agricultura familiar como forma de garantir alimentos a todos;
7. Defesa dos direitos indígenas a posse de suas terras e suas políticas de auto sustentabilidade;
8. Valorização da cultura e da prática esportiva como meio da formação de nossas crianças e jovens e geração de empregos;
9. Democratização da gestão pública com ampla participação popular na definição do orçamento e de políticas públicas a serem realizadas;
10. Ampliação do papel do Estado como regulador e indutor da melhoria da qualidade de vida.
11. Fortalecimento das cooperativas de trabalhadores e micro e pequenas empresas e industriais;
12. Combate aos crimes ambientais como forma de defesa da vida dos roraimenses;
13. Valorização dos municípios roraimenses na organização, social, cultural e produtiva do Estado de Roraima;

Estes 13 pontos fundamentam o processo de construção do programa político da Federação PSOL/REDE, no Estado de Roraima. A formatação desta



PSOL 50



REDE18
SUSTENTABILIDADE

unidade política sustenta-se neste programa, fundamentando-se como uma via na luta política em torno da superação do atual quadro de controle privado do nosso Estado que impõe ao nosso povo indígena ou não indígena sofrimento e desespero. Fincar a bandeira revolucionária dos diversos extratos sociais roraimenses, excluídos e fustigados a viver na miséria, consiste em uma tarefa de todos os militantes dos partidos aliados ao nosso projeto político.

Propomos a construção de um Estado Social, baseado na solidariedade, transparência, democracia, respeito às diferenças, mas principalmente na valorização do ser humano, na busca da garantia da qualidade de vida para todos. Propomos um Governo da classe trabalhadora para a classe trabalhadora.

Conquistar este Estado impõe à sociedade roraimense aceitar o convite de juntos podermos iniciar esse processo revolucionário de retomada do Estado roraimense, direcionando-o a cumprir seu papel público e social de proporcionar qualidade de vida e acesso equitativo as políticas públicas, além de combater todas as violências direcionadas a comunidade LGBTQIA+, indígenas e mulheres, vilipendiados de seus direitos constitucionais em Roraima.

Administrar um ente federado sob os auspícios de um Estado Capitalista não é uma tarefa fácil, para aqueles que acreditam que a função precípua do Estado é cuidar do ser humano, proporcionando as condições adequadas de trabalho, lazer, saúde, educação e moradia, questões elementares na defesa de uma sociedade evoluída socialmente.

Enfrentamos um grave problema de saúde com o advento da pandemia do Sars-Cov-2. Muitos foram os roraimenses e brasileiros que perdemos nessa luta contra o vírus, principalmente diante do negacionismo que imperou em muitos de nossos representantes políticos. A Covid-19 não deixará de ser uma realidade em nossas vidas durante muito tempo, por isso, precisamos organizar nossos serviços de epidemiologia e cuidados hospitalares. Porém, precisamos urgente criar um programa de atenção aos sequelados pela Covid-19, bem como instituir um programa estadual de auxílio as crianças e jovens órfãos da Covid-19.

O programa descrito abaixo se organiza em cinco eixos essenciais: Políticas Públicas, Administração Pública, Economia, Valorização Humana e Integração Regional.

1) Políticas Públicas

1.1.1 Educação

Educação pública de qualidade, laica e gratuita deve ser uma busca constante de nossa administração. Fortalecer os estabelecimentos de ensino é essencial à mudança que preconizamos. Criar um programa de médio prazo para que todas as escolas de ensino médio sejam integrais, consiste em uma necessidade para melhoria da formação de nossos jovens.

A Democratização das escolas, permitindo a eleição de seu corpo gestor é uma necessidade na superação da atual lógica de gestão destes estabelecimentos, sua democratização fortalece a comunidade escolar. Neste processo inclui-se a possibilidade de repasses anuais de recursos que permitam as Associações de Pais e Mestres realizarem de forma ágil a manutenção destes equipamentos públicos, hoje em sua grande maioria abandonados.

A escola é um dos principais instrumentos públicos que temos no âmbito comunitário, desta forma não deve ficar fechada nos finais de semana, devendo os equipamentos disponibilizarem condições de qualificação profissional, cultura, lazer e esporte, através de um processo de parcerias com as entidades representativas do povo e as demais estruturas de governo.

Garantir condições adequadas de trabalho aos professores e demais profissionais da educação é importante para melhoria da formação de nossos jovens, os quais, muitas vezes, se encontram fora da escola em virtude da necessidade de trabalhar desde cedo para garantir o direito básico de comer, assim a criação de uma bolsa permanência consiste em uma necessidade em Roraima.

A formação tecnológica também deve ser ampliada. O Estado precisa assumir o processo condutor desta questão, fomentando formação técnica conforme a necessidade de cada região do nosso Estado. Portanto, a ampliação da rede de formação tecnológica possui um papel tático central ao Estado, seja

no desenvolvimento de conhecimento ou na geração de emprego. Para isso é fundamental uma parceria entre o Governo do Estado e o IFRR.

A nossa instituição de nível superior – Universidade Estadual de Roraima – deve desenvolver seu processo de formação observando as necessidades impostas pela capacidade de prestação de serviços e produção de conhecimento, norteando assim uma retomada do processo de trabalho e distribuição de renda, preconizando a pesquisa e a formulação de projetos de extensão que fortaleça nossas comunidades.

No tocante ao ensino superior pensar o desenvolvimento de dois grandes polos de formação, oportunizando uma política de assistência estudantil e o fomento ao desenvolvimento local, preconizando cursos que estejam diretamente interligados com os processos planejados de desenvolvimento de nossa economia.

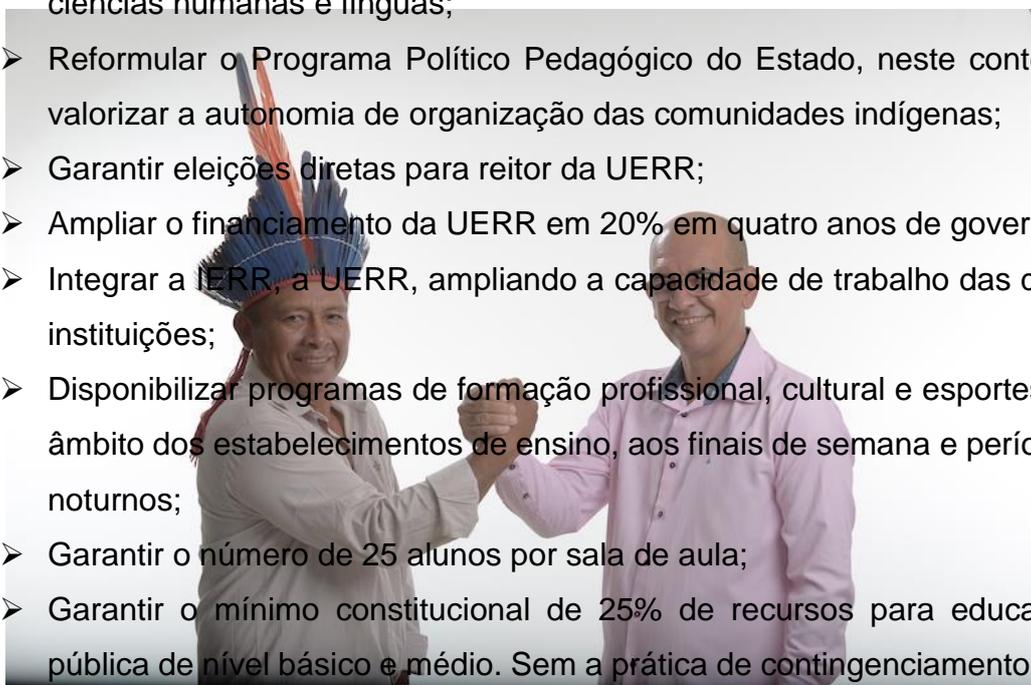
A educação indígena deve ser observada a partir da construção de um PPP que fortaleça sua cultura e modo de organização, respeitando-se as diversas representações profissionais e culturais que compõem este segmento da sociedade roraimense. O fortalecimento do diálogo entre a gestão pública é fundamental para que possamos superar a ausência de infraestrutura nas escolas indígenas. É fundamental o processo de reorganização da infraestrutura de nossas escolas nas comunidades indígenas, as quais enfrentam situações de completo abandono.

A educação do campo, abandonada pela gestão governamental em Roraima precisa de um olhar especial da gestão pública. Não podemos abandonar nossas crianças e jovens, privando-os de seu direito constitucional de ter acesso a educação de qualidade. Portanto, o estabelecimento de parcerias entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais são fundamentais para transformar a realidade de abandono de nossas escolas rurais, bem como é essencial a criação de um programa de alfabetização para superarmos os índices do analfabetismo em Roraima.

Desenvolveremos os seguintes pontos:

- Garantir reajuste anual aos profissionais da educação;
- Criar a Lei e a regulamentação para que os gestores sejam escolhidos de forma democrática pela comunidade escolar;

- Garantir recursos percapita para todos os estabelecimentos de ensino, a fim de melhorar nossa capacidade de manutenção dos equipamentos educacionais;
- Reverter a política de militarização das escolas;
- Transformar, em 4 anos, 60% das escolas públicas estaduais de ensino médio para período integral;
- Garantir que todo jovem em idade escolar possa frequentar as aulas;
- Criar o programa FORMAR a fim de garantir uma renda mínima aos jovens de baixa renda, vinculando-o a frequência escolar
- Equipar nossas escolas com laboratórios de informática, química, física, ciências humanas e línguas;
- Reformular o Programa Político Pedagógico do Estado, neste contexto valorizar a autonomia de organização das comunidades indígenas;
- Garantir eleições diretas para reitor da UERR;
- Ampliar o financiamento da UERR em 20% em quatro anos de governo;
- Integrar a UERR, a UERR, ampliando a capacidade de trabalho das duas instituições;
- Disponibilizar programas de formação profissional, cultural e esportes no âmbito dos estabelecimentos de ensino, aos finais de semana e períodos noturnos;
- Garantir o número de 25 alunos por sala de aula;
- Garantir o mínimo constitucional de 25% de recursos para educação pública de nível básico e médio. Sem a prática de contingenciamento dos recursos aprovados no orçamento;
- Garantir financiamento da Universidade Estadual de Roraima sem impacto nos 25% destinados à educação básica;
- Garantir o enquadramento de todos os profissionais da educação no Plano de Cargos Carreira e Salários;
- Incorporar a atividade dos agentes socioeducadores aos nossos estabelecimentos de ensino;
- Reduzir em 50% a taxa de analfabetismo no Estado de Roraima;
- Revogar a incidência da Lei 1.245/2018 que regulamenta diversas questões a serem trabalhadas nas escolas estaduais;



- Realizar concurso público para zerar o déficit de profissionais de educação nos estabelecimentos de ensino;
- Reabrir todas as escolas fechadas durante o atual Governo do Estado;
- Fortalecer a educação indígena e a educação do campo como eixos prioritários de inclusão sociocultural da população de nossa área rural;

1.1.2 Saúde

O Sistema Único de Saúde, SUS, foi uma conquista da sociedade brasileira, importante lembrar que até 1988, apenas tinha atendimento médico quem tinha carteira assinada ou podia pagar uma consulta. Em Roraima, vivemos um período crítico com o descredenciamento do Estado do SUS, em virtude da privatização da gestão dos serviços, fato ocorrido entre 1997 e 1998, no Governo Neudo Campos que apoia a candidatura do MDB, em 2022. Isso relegou problemas imensos a organização do sistema, principalmente em virtude do caráter centralizado da organização dos serviços que se organizam em Boa Vista.

O SUS deve ser organizado de forma que possibilite uma atenção integral, universalizada e equânime. A oferta de serviços não pode ser centralizada como ocorre hoje dentro do Estado de Roraima, quase a integralidade dos serviços de média complexidade encontra-se em Boa Vista, ofertadas pelo Estado, precisamos urgentemente descentralizar esses serviços, inclusive com apoio financeiro aos municípios.

A regionalização dos serviços de média e alta complexidade é essencial a garantia do acesso da população. Bem como, o fortalecimento da atenção básica, porta de entrada do SUS. A atenção básica é de extrema importância a regulação dos gastos e organização do sistema. Para tanto é fundamental a garantia de recursos do Estado para suprir a necessidade deste serviço, através da criação do Piso Estadual da Atenção Básica, ao qual deve se vincular critérios epidemiológicos e de população.

O fortalecimento das ações de prevenção e promoção da saúde também consistem em estratégias adequadas a garantia da qualidade de vida do nosso povo. A qualificação permanente dos profissionais também deve ser uma busca

constante da gestão. As características das doenças e agravos à saúde exigem da gestão do SUS um olhar permanente quanto ao manejo clínico e as ações de educação em saúde, além do fortalecimento do controle social.

Neste contexto, propomos os encaminhamentos abaixo:

- Implantar os serviços regionalizados de atenção secundária e terciária nos primeiros 24 meses de governo;
- Ampliar os leitos materno-infantis em Boa Vista e Rorainópolis;
- Criar serviços de pronto atendimento em Boa Vista, encerrando as atividades do pronto atendimento Ayrton Rocha e ampliar os serviços do trauma;
- Criar o Piso Estadual de Atenção Básica para fortalecimento destes serviços nos municípios;
- Criar o Piso Estadual de Assistência Farmacêutica para apoiar os municípios;
- Criar o programa de remédios naturais regulamentados pelo SUS para garantir geração de emprego e distribuição de renda;
- Criar a Fundação Estadual de Vigilância e Educação em Saúde, para fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental;
- Redefinir o Plano de Carreira, Cargos e Salários dos servidores da saúde;
- Garantir o incentivo estadual para agentes comunitários de saúde e agentes de endemias;
- Garantir autonomia administrativa e financeira ao Conselho Estadual de Saúde;
- Estabelecer cooperações técnicas e financeiras com organismos nacionais e internacionais para fortalecimento dos serviços e ações de saúde;
- Retirar qualquer recurso público do Estado ao financiamento de serviços privados de saúde, a complementariedade não pode ser exclusividade. O Estado deve financiar o serviço público de saúde;
- Organizar os serviços de atenção, cuidado e recuperação de traumas causados pelo aparelho circulatório, principal cause de morte no Estado de Roraima;

- Estabelecer parcerias com o Dsei-Leste e Yanomami para melhorar o acesso dos indígenas aos serviços secundários e terciários;
- Potencializar o processo de imunização de nossa população;
- Potencializar o combate as endemias para que as mortes por doenças evitáveis figurem com indicadores conforme estabelece a OMS;
- Garantir acesso ao SUS à comunidade transgênero, conforme determina a portaria 2836/2011;
- Implementar a rede cegonha para ampliar o cuidado com a mulher e a criança em todo seu processo de desenvolvimento;
- Ampliar as ações de DST/AIDS para reduzir a incidência destes agravos;
- Fortalecer os serviços laboratoriais e de imagens fornecidos pelo Estado de Roraima;
- Fortalecer o programa de residência médica nas unidades hospitalares do Estado;
- Fortalecer a atenção a saúde da pessoa com deficiência, especialmente os PCD que residem na área rural do Estado; sedes municipais e vilas. Vamos garantir TFD para acompanhamento permanente.

1.1.3 Meio Ambiente

Após as revoluções industriais ocorridas nos séculos XIX e XX o ser humano passou cada vez mais exigir do meio ambiente a disponibilidade de recursos. O crescimento populacional impõe também a necessidade cada vez maior de alimentos e água. Essa realidade exige de nós medidas mitigadoras que evitem o sofrimento de nosso povo, diante a escassez de elementos essenciais à vida.

A produção industrial descartável, baseada principalmente na indústria do petróleo, ou seja, no plástico, impõe problemas ambientais significativos à sociedade. Enfrentar esta questão é uma tarefa de nosso governo. A regulamentação do processo de geração de resíduos sólidos é essencial a busca de uma sociedade melhor no presente e no futuro, com ampla inclusão de catadores e catadoras, permitindo assim, além de um gerenciamento

ambientalmente adequado dos resíduos gerados, a geração e distribuição de renda.

A temática de nossa bacia hidrográfica é de extrema importância. A preservação das margens de nossos rios e igarapés, a recuperação de nossas lagoas, o controle sobre o uso de agrotóxico na produção agrícola são tarefas a nossa gestão que serão enfrentadas com a altivez que o tema merece. Por isso, devemos regulamentar o processo de preservação ambiental e sua vinculação com a política de créditos de carbono, para que possamos garantir recursos a preservação ambiental, porém, sem impedir a necessidade de geração de emprego, principalmente na produção de alimento, tendo como referência os princípios da agroecologia.

Pensar o desenvolvimento social e econômico do Estado de Roraima nos impõe a premissa básica de proteção de nossa fauna e flora, essenciais não apenas para manter o equilíbrio ambiental, mas necessária a garantia de acesso a insumos básicos à vida, a exemplo da água. Portanto é fundamental regulamentar o uso de agrotóxicos no Estado, retirando de circulação os venenos altamente nocivos ao ser humano e outros seres vivos, bem como restringir o uso de dispersão área destes venenos.

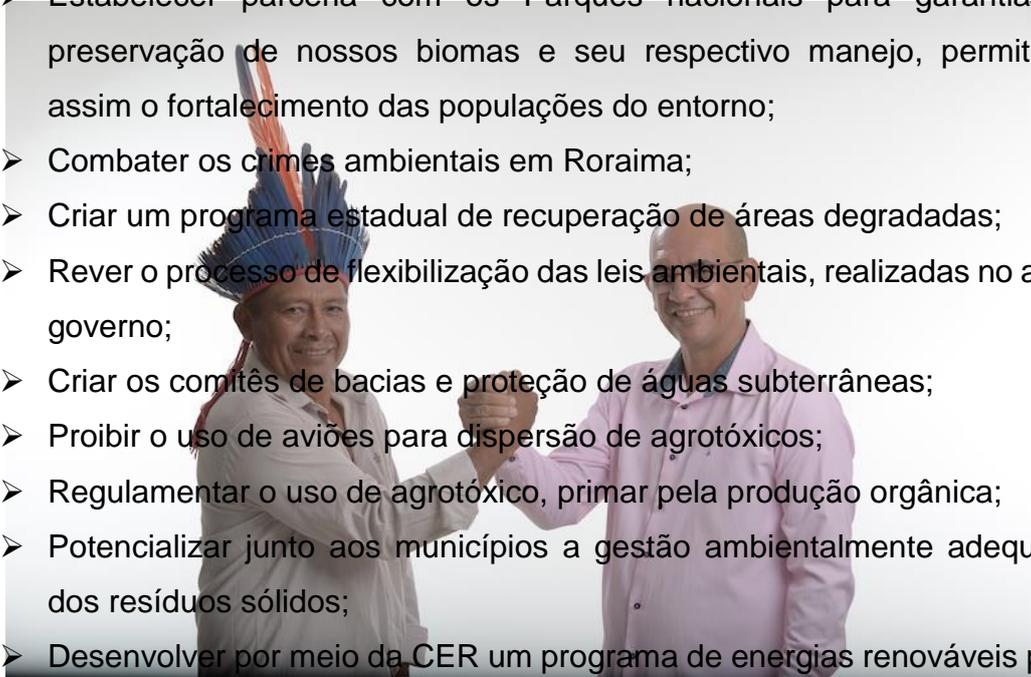
A proteção ambiental exige do Estado roraimense uma reconfiguração das leis que regem o setor, garantindo neste debate não apenas a regulamentação, mas também, as condições adequadas de fiscalização e educação ambiental que o tema exige.

Combater as estruturas criminosas que se organizaram – muitas vezes com parceiros na esfera pública, para cometer crimes ambientais, expressos hoje claramente no garimpo ilegal dentro e fora das terras indígenas e no desmatamento na região centro-sul do Estado – consiste em um compromisso de nossa aliança, a fim de garantir respeito aos nossos direitos difusos.

Portanto, propomos os seguintes encaminhamentos:

- Fortalecer as ações da FEMARH, descentralizando ao máximo a execução de suas ações e ampliando as fiscalizações;
- Criar a guarda ambiental do Estado de Roraima para proteger nossas áreas de preservação;

- Estabelecer barreiras ambientais em regiões descobertas de fiscalização em nosso Estado, a exemplo do baixo rio Branco;
- Estabelecer cooperações técnicas com os países fronteiriços para combate ao contrabando de espécimes de nossa fauna e flora;
- Regulamentar a criação em cativeiro de espécimes destinados a culinária;
- Criar um protocolo de atuação do Estado no combate aos incêndios e a falta de água para consumo humano e desidratação de animais;
- Estabelecer parceria com as instituições de nível superior para criação de um banco de dados sobre os espécimes da flora e fauna existentes em Roraima;
- Estabelecer parceria com os Parques nacionais para garantia da preservação de nossos biomas e seu respectivo manejo, permitindo assim o fortalecimento das populações do entorno;
- Combater os crimes ambientais em Roraima;
- Criar um programa estadual de recuperação de áreas degradadas;
- Rever o processo de flexibilização das leis ambientais, realizadas no atual governo;
- Criar os comitês de bacias e proteção de águas subterrâneas;
- Proibir o uso de aviões para dispersão de agrotóxicos;
- Regulamentar o uso de agrotóxico, primar pela produção orgânica;
- Potencializar junto aos municípios a gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos;
- Desenvolver por meio da CER um programa de energias renováveis para o Estado de Roraima, reduzindo em 40% a geração de energia com base no carbono, regulamentar o uso de termoelétrica a lenha em Roraima, a fim de evitar sua expansão e seu acionamento.
- Criar uma política de recuperação de áreas degradadas com uso do resíduo orgânico gerado nos domicílios e empresas privadas, com incremento do plantio nos assentamentos de árvores de nossa flora para recuperação de áreas autorizadas para desmatamento;
- Vincular que a compensação ambiental por autorizações de desmatamento deve obrigatoriamente ser realizadas no mesmo bioma e com árvores de nosso bioma;



1.1.4 Segurança Pública

A insegurança é um dos principais temas existente na sociedade. Em Roraima, existe uma relação direta entre o crescimento da violência e o crescimento do crime organizado. O crime organizado será combatido com força, tendo na produção de conhecimento e na inteligência sua principal ferramenta, para conter os abusos destas organizações, cortando suas fontes de financiamento.

O combate à criminalidade se efetiva diretamente na presença das forças de segurança nas ruas, desta forma, sob nosso governo será enfrentado a temática da utilização de policiais para serviços administrativos e disponibilidade a outros órgãos, conforme estabelece a Lei 1.225/2018. Os poderes legislativos e judiciários devem criar sua própria equipe de segurança, a fim de que os profissionais da segurança pública estejam atuando diretamente no combate ao crime organizado e na proteção da população.

A construção de um presídio de segurança máxima é peça chave no estabelecimento do combate à criminalidade, servindo para que os líderes possam cumprir suas penas sem que mantenham sua liderança sobre outras pessoas, a interiorização destes estabelecimentos também será adotada em nossa gestão, evitando-se o traslado destes reeducandos a partir da adoção de tecnologias para a realização de audiências.

A adoção de trabalho durante o cumprimento de penas também será adotada em nossa gestão. A pessoa aprisionada precisa ser ressocializada, este processo ocorrerá apenas se a educação básica e profissional correr paralelo ao cumprimento das penas. No entanto é fundamental que possamos criar um programa estadual de reinserção social dos apenados que ganham o direito ao sistema semiaberto. Combater as estruturas corruptas dentro deste sistema também é fundamental para inibir a continuidade da prática delituosa por parte de apenados que progridem para o sistema aberto ou semiaberto.

O estabelecimento de um olhar integral do Estado sobre a família do cidadão ou cidadã apenada é fundamental para que possamos modificar a lógica da única saída econômica a ser visualizada, por ela, seja por meio do crime.

Portanto, a criação de um programa de reinserção social será idealizada para reduzir o processo de reincidência, bem como poderemos amparar socialmente essas famílias.

Em nossa gestão o cumprimento das penas será realizado conforme o delito cometido. A adoção de tornozeleiras eletrônicas possibilitará aos criminosos de baixa periculosidade o cumprimento de seus delitos com a realização de serviços comunitários, os quais estarão diretamente relacionados aos serviços públicos.

A vigilância das fronteiras também é essencial ao controle da criminalidade, principalmente no tocante a rede de tráfico que pode se estabelecer em nossa região. Portanto, será proposto ao governo federal a formulação de uma cooperação financeira, a fim de que possamos assumir o controle do território, inibindo a perpetuação de delitos como forma de financiamento das organizações criminosas.

Um dos principais dilemas enfrentados pela sociedade consiste nos crimes cometidos por jovens. O desenvolvimento das ações deve estar diretamente vinculado a garantias constitucionais das famílias destes jovens, os quais passarão a ser acompanhados e incentivados ao estudo, a prática esportiva e cultural. Perdemos nossos jovens para o crime organizado principalmente em virtude da ausência do Estado, nos territórios, com políticas públicas. O olhar integral exigirá que possamos acompanhar as famílias para que os fatores de risco que incidem sobre o jovem infrator possam ser superados.

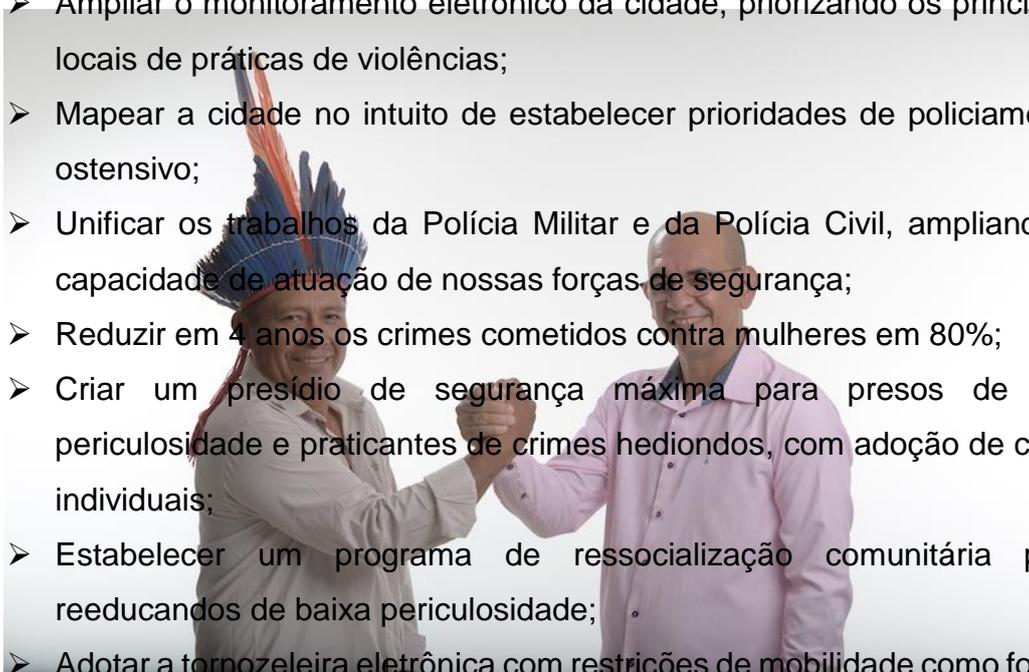
Ao debatermos a retomada da sensação de segurança não podemos deixar de visualizar a necessidade de ampliação do acesso da população aos serviços públicos. Acesso ao emprego, renda, escola, lazer e saúde são essenciais ao combate a violência ou a sensação de insegurança causada principalmente a partir das organizações criminosas que se estruturaram em nossa região.

Combater o ciclo de financiamento destas organizações consistem em uma ação fundamental da nossa força de segurança, portanto o combate ao garimpo ilegal consiste em um processo eficiente no corte financeiro destas redes de crime. Isso impõe não apenas o combate ao processo do garimpo, mais

toda a rede de financiamento e lavagem de dinheiro que se estrutura por meio das ações criminosas.

Salientamos também a importância de assumirmos políticas efetivas de proteção as mulheres adultas ou jovens que sofrem processos de abusos, sejam eles físicos, psicológicos ou sexuais. Precisamos combater os altos índices de violência contra as mulheres, bem como a comunidade LGBTQIA+. Para isso, construiremos uma rede de cuidado e atenção que envolva diretamente organizações da sociedade civil e nossa estrutura de segurança, para superar essa realidade precisamos do apoio da sociedade.

Assim, propomos as seguintes diretrizes:

- 
- Ampliar o monitoramento eletrônico da cidade, priorizando os principais locais de práticas de violências;
 - Mapear a cidade no intuito de estabelecer prioridades de policiamento ostensivo;
 - Unificar os trabalhos da Polícia Militar e da Polícia Civil, ampliando a capacidade de atuação de nossas forças de segurança;
 - Reduzir em 4 anos os crimes cometidos contra mulheres em 80%;
 - Criar um presídio de segurança máxima para presos de alta periculosidade e praticantes de crimes hediondos, com adoção de celas individuais;
 - Estabelecer um programa de ressocialização comunitária para reeducandos de baixa periculosidade;
 - Adotar a tornozeleira eletrônica com restrições de mobilidade como forma de penas por crimes cometidos;
 - Garantir uma política salarial que valorize o profissional da segurança pública;
 - Criar a Polícia Rodoviária Estadual para monitoramento de nossas rodovias, sendo estruturada no âmbito da nova polícia estadual;
 - Fortalecer a participação comunitária no processo de organização e fiscalização das ações de segurança pública;
 - Pactuar com municípios cooperações financeiras que permitam a abertura de centros culturais e de formação técnica nas áreas mais perigosas das cidades;

- Criar o programa Educação para a Justiça e para a Paz a fim de possibilitar a ampliação do debate público nas escolas e nas comunidades;
- Centralizar o comando das ações de segurança pública em Roraima;

1.1.5 Esporte

A prática esportiva é um dos principais meios de valorização e integração social, portanto deve ser um tema enfrentado com altivez pelo Estado, em parceria com as Federações de Esportes existentes em Roraima. Nosso Estado protagoniza apesar da falta de uma política concreta de incentivo, o surgimento de talentos em diversas áreas esportivas. Isso deve ser potencializado como forma de garantir um convívio harmônico e como estratégia de controle da criminalidade e valorização da pessoa humana.

Para tanto a utilização das escolas como espaços públicos propícios a prática esportiva será adotada como estratégia de integração social de nossos jovens e crianças. A construção de equipamentos públicos para prática esportiva deve ser uma prioridade, sendo sua gestão formalizada por cooperação técnica e financeira com organismos da sociedade.

A criação de competições nacionais e internacionais em nosso Estado também será uma estratégia adotada, não focando apenas em esportes tradicionais, mais também em outros esportes como o ciclismo, a canoagem, paraquedismo, arco e flecha, tiro.

Os jogos escolares voltarão a ter a atenção do Estado. Este momento consiste em uma experiência significativa aos jovens, os quais infelizmente sofreram com o abandono ou o descaso nos últimos anos. Devendo sua organização ser realizada de forma regionalizada, porém a fase final deve contemplar a descentralização das partidas e das disputas por todo território, priorizando as cidades das equipes classificadas.

As federações de esportes possuem grande papel neste processo, desta forma sua democratização, sua transparência e sua inserção com a vida comunitária devem ser buscadas incessantemente. Assim, será realizada

cooperação financeira para o desenvolvimento da prática esportiva amadora e a realização dos grandes eventos.

A criação de um complexo de esportes de alto rendimento também é importante para nosso esporte. Desta forma, deverá ser proposto pelo Estado a doação da Vila olímpica ao Governo do Estado, bem como a criação de outra estrutura Olímpica no município de Rorainópolis.

Desta forma, propomos o seguinte encaminhamento:

- Realização do Circuito ciclístico internacional São Marcos;
- Realização dos jogos escolares de Roraima;
- Realização dos campeonatos estaduais de canoagem, arco e flecha, tiro e paraquedismo;
- Fortalecimento dos campeonatos estaduais de futebol, vôlei de praia, vôlei de quadra, basquete, artes marciais, judô e atletismo;
- Realização da maratona internacional de 5 de outubro;
- Fortalecimento dos campeonatos amadores;
- Criação do campeonato intermunicipal de futebol;
- Construção da vila olímpica de Rorainópolis;
- Criação da bolsa de incentivo ao esporte olímpico;
- Assumir a gestão da vila olímpica de Boa Vista em cooperação com a Prefeitura Municipal;
- Construção de equipamentos públicos de práticas de esporte em todas as escolas;
- Construção de complexos esportivos nos municípios;
- Incentivar as práticas esportivas entre os indígenas;

1.1.6 Cultura

A valorização de nossas manifestações culturais constitui um importante incremento ao convívio social. É necessário que o Estado seja indutor deste processo, em parceria com outras organizações públicas ou privadas, a fim de fortalecer as diversas formas de manifestação de nosso povo.

Neste contexto o fortalecimento das festas folclóricas é fundamental para nosso desenvolvimento humano, além da criação de museus, teatros e demais

espaços públicos. A construção de um espaço cultural, aproveitando os equipamentos já existentes no parque anauá é fundamental ao processo não apenas de produção cultural, mais também de formação. Ações essas que devem ser pensadas de forma descentralizadas nos municípios, por meio de cooperações entre os gestores públicos.

O fortalecimento das manifestações culturais indígenas também é essencial a construção de nossa identidade humana. Portanto, pretendemos em nossa gestão realizar o Festival Internacional de Cultura Indígena, com duração de 20 dias e representações de todos os lugares do mundo, ampliando desta forma, não apenas acesso à cultura, mais a geração de emprego e a distribuição de renda, em Boa Vista e outras localidades do Estado. Festivais internacionais de cinema, teatro, livro e música serão outras movimentações de grande porte a serem realizadas com participação efetiva do Estado.

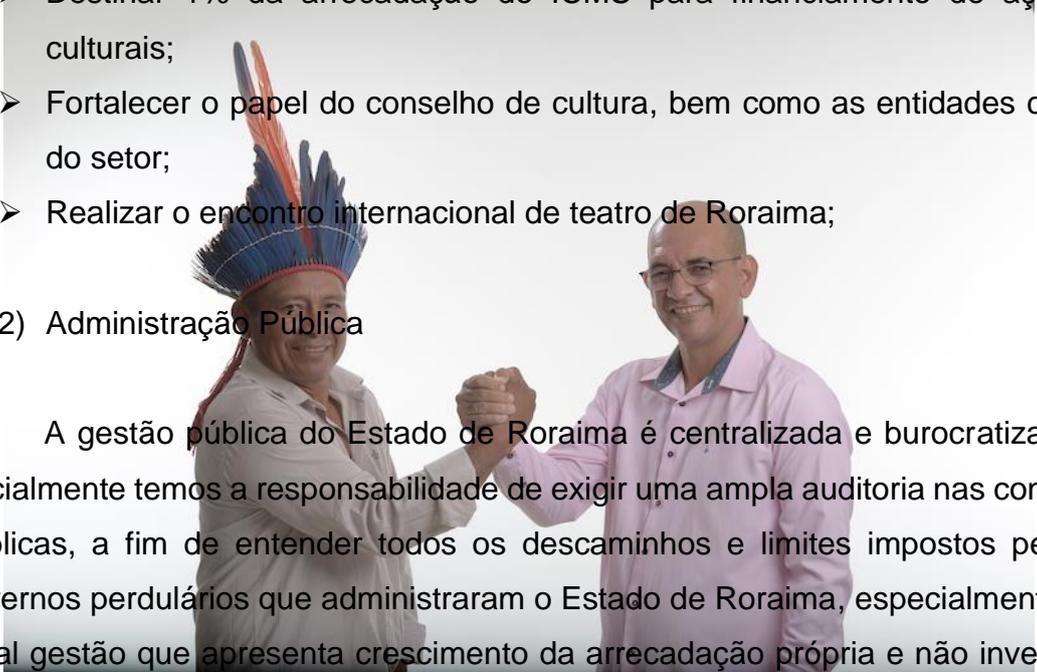
No entanto, o financiamento da cultura é algo central em Roraima. Desta forma temos um compromisso de investir 1% da arrecadação do ICMS em manifestações culturais, selecionadas por meio de edital e com compromisso social dos selecionados. A reorientação da política de incentivo fiscal do Estado à cultura é outra medida a ser adotada. Pretendemos estabelecer dois momentos de chamamento. O primeiro a empresários que desejam participar do programa, já o segundo a representantes do setor cultural que desejam participar do financiamento. Em todos os modelos de financiamento com dinheiro do Estado será observado o desenvolvimento de eventos no interior do Estado, a fim de possibilitarmos a interiorização de eventos culturais.

Desta forma propomos:

- Fortalecimento da escola de música do Estado de Roraima, transformando-a em uma fundação pública e ampliando as vagas;
- Realização do Festival Internacional de Cinema de Roraima;
- Fortalecimento do Festival Canto Forte;
- Criação do circuito itinerante de cinema;
- Utilização dos espaços das escolas para criação de escolas de teatro;
- Criação da orquestra Sinfônica do Estado de Roraima;
- Realização do Festival de Corais do Estado de Roraima;
- Realização do Festival de Poesia e Interpretação do Estado de Roraima;

- Fortalecimento do Festival de Fanfarras do Estado de Roraima;
- Construção do Museu do Estado de Roraima;
- Construção do centro de documentação e registros históricos do Estado de Roraima;
- Criar o Programa Estadual de Proteção da memória material e imaterial do Estado de Roraima;
- Ampliar e democratizar a utilização de recursos do Programa de Incentivo à Cultura do Estado de Roraima;
- Realizar o Festival Internacional de Cultura Indígena;
- Realizar a bienal Macunai'mî
- Destinar 1% da arrecadação do ICMS para financiamento de ações culturais;
- Fortalecer o papel do conselho de cultura, bem como as entidades civis do setor;
- Realizar o encontro internacional de teatro de Roraima;

2) Administração Pública



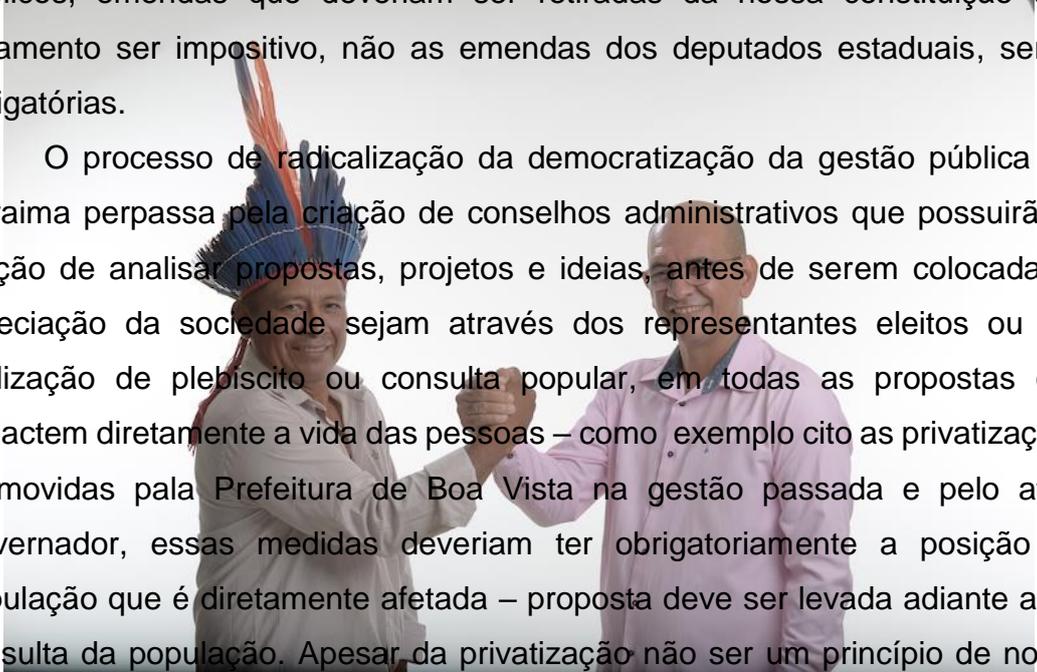
A gestão pública do Estado de Roraima é centralizada e burocratizada. Socialmente temos a responsabilidade de exigir uma ampla auditoria nas contas públicas, a fim de entender todos os descaminhos e limites impostos pelos governos perdulários que administraram o Estado de Roraima, especialmente a atual gestão que apresenta crescimento da arrecadação própria e não investiu esses recursos em políticas de geração de emprego e desenvolvimento humano, utilizando boa parte dos recursos para pagamentos de contratos de gestões anteriores, destino de recursos que precisam ser auditados.

A democratização do processo da gestão pública é necessária, a fim de que possamos romper com os feudos de apropriação de vários setores por interesses privados, portanto o fortalecimento dos conselhos de controle social e o estabelecimento de conferências públicas são fundamentais para mudar a atual realidade administrativa em Roraima. A adoção de medidas que aproximem a população, através de suas entidades representativas do processo de gestão fortalece nosso conceito de Povo e de Estado, proporcionando

redirecionamentos importantes a aplicação dos recursos públicos, hoje retida em garantir interesses que circundam as vontades dos gestores públicos, empresários e a manutenção da governabilidade.

Nossa federação entende a necessidade da independência dos poderes constituídos, mas a ação pública deve ser harmônica, caso contrário a disputas políticas colocam em risco a qualidade de vida de nosso povo, gerando deterioramento social.

Porém, essa harmonia deve ser forjada em torno da ampla participação popular, não apenas por meio de interesses individuais, como os expressos nas emendas parlamentares que interferem no processo de aplicação de recursos públicos, emendas que deveriam ser retiradas da nossa constituição e o orçamento ser impositivo, não as emendas dos deputados estaduais, serem obrigatórias.



O processo de radicalização da democratização da gestão pública em Roraima perpassa pela criação de conselhos administrativos que possuirão a função de analisar propostas, projetos e ideias, antes de serem colocadas a apreciação da sociedade sejam através dos representantes eleitos ou por realização de plebiscito ou consulta popular, em todas as propostas que impactem diretamente a vida das pessoas – como exemplo cito as privatizações promovidas pela Prefeitura de Boa Vista na gestão passada e pelo atual Governador, essas medidas deveriam ter obrigatoriamente a posição da população que é diretamente afetada – proposta deve ser levada adiante após consulta da população. Apesar da privatização não ser um princípio de nossa gestão, vemos o Governo federal, atualmente, rompendo o pacto federativo e aprovando medidas que impõe regulamentos que levam a privatização de serviços públicos, a exemplo da Lei 14.026/2020 que propõe a privatização da água, a partir de 2033.

A implantação do orçamento público participativo é uma das metas a serem alcançadas. A participação popular na definição da aplicabilidade dos recursos é um passo importante no processo de abertura do Estado ao povo. Neste orçamento todos os recursos previstos para investimento e propostas de emendas parlamentares estaduais ou federais serão debatidos com a população das quatro regiões que comporão a divisão administrativa do Estado.

A reformulação administrativa dos órgãos do Estado é essencial no intuito de melhorar o processo de gestão pública, desta forma promoveremos uma reconfiguração do espaço de gestão, promovendo a unificação de secretárias e a extinção de pastas que não possuam necessidades de existirem, bem como a criação de outras necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas específicas.

Neste processo de reformulação algumas estruturas de governo devem ser reforçadas em virtude do papel estratégico que possuem para o desenvolvimento humano no Estado. Assim, todas as empresas públicas passarão por auditorias específicas e terão remodelado seu papel de atuação no Estado, a fim de atender as perspectivas de geração de renda e emprego a curto, médio e longo prazo.

A transparência é a principal ação pública para que possamos ampliar a fiscalização sobre os rumores de corrupção ou apropriação do Estado por espectros criminosos que se apoderam dos recursos públicos para suprir suas necessidades pessoais ou manter determinados grupos políticos no poder. Portanto, devemos conceber como princípio que dinheiro público serve para fins públicos, vamos combater que o Estado seja ocupado por interesses privados de corporações públicas ou privadas inibe a capacidade de ação pública, relegando a política a um patamar de negociações em que o povo e suas necessidades são detalhes não observados. Construir um novo momento histórico exige da sociedade e do governo superar o patrimonialismo político existente na atualidade.

Nesta lógica não podemos fortalecer a administração pública sem fortalecer os servidores públicos. Combater a precarização das formas de contratação é fundamental, bem como, acabar com as terceirizações de serviços da área meio em setores estratégico ao desenvolvimento de políticas públicas, a exemplo da educação e saúde que devem ter como forma de acesso ao serviço público exclusivamente o concurso público.

Outro fator fundamental é mudar a legislação que estabelece ao Governo poder indicar até 80% de cargos comissionados, sem a exigência de vínculo com o poder público. Nossa proposta prever que 80% destes cargos comissionados sejam ocupados exclusivamente por servidores públicos estaduais. Essa



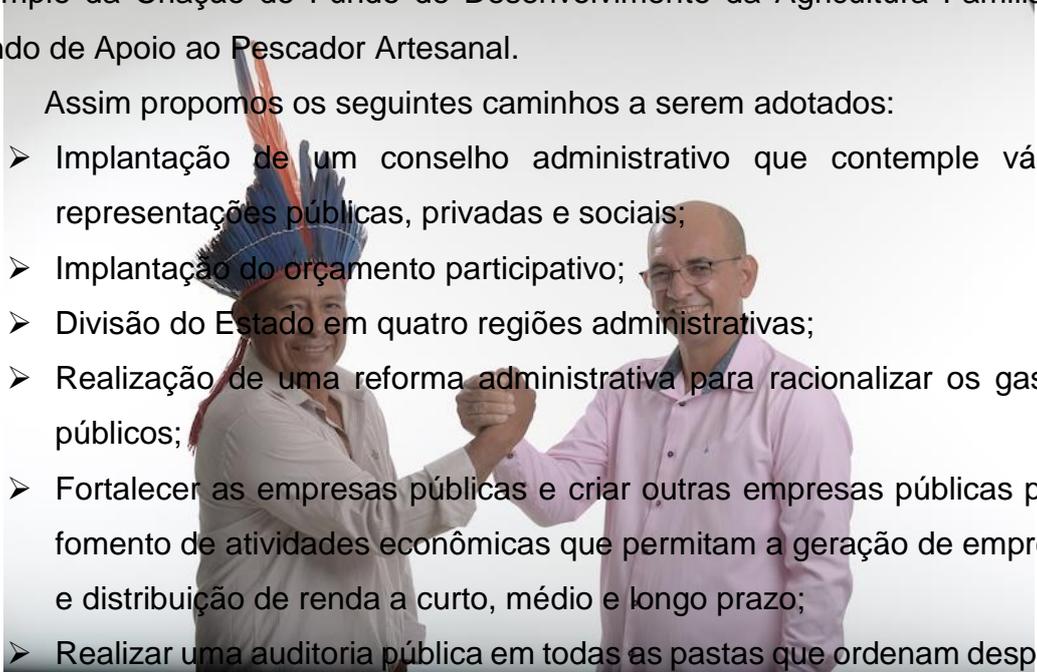
PSOL 50



proposição permite que os processos administrativos tenham continuidade na gestão pública roraimense, sem os impactos de mudanças abruptas ao fim de cada gestão, ou demissão de um Secretário de Estado.

A realização de uma reforma tributária é fundamental no Estado de Roraima, observando dois fatores importantes. O primeiro deles objetiva a redução de impostos sobre bens essenciais a vida dos roraimenses, e aumento de impostos sobre bens supérfluos e de luxo. O segundo fator essencial diz respeito a uma revisão das políticas de incentivos, remissões e isenções de cunho fiscal, a fim de que possamos vincular essas estruturas a geração de emprego, ou mesmo revertê-las para construir fundos de desenvolvimento, a exemplo da Criação do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Fundo de Apoio ao Pescador Artesanal.

Assim propomos os seguintes caminhos a serem adotados:

- 
- Implantação de um conselho administrativo que contemple várias representações públicas, privadas e sociais;
 - Implantação do orçamento participativo;
 - Divisão do Estado em quatro regiões administrativas;
 - Realização de uma reforma administrativa para racionalizar os gastos públicos;
 - Fortalecer as empresas públicas e criar outras empresas públicas para fomento de atividades econômicas que permitam a geração de emprego e distribuição de renda a curto, médio e longo prazo;
 - Realizar uma auditoria pública em todas as pastas que ordenam despesa no Estado;
 - Fortalecer com autonomia administrativa e financeira os Conselhos de Controle Social existentes no âmbito da administração pública;
 - Garantir que os servidores públicos sejam oriundos de concurso público, não sendo permitido o desvio de função do servidor público;
 - Realizar uma reestruturação do sistema tributário estadual, preconizando a desoneração dos produtos e serviços essenciais a vida e onerando os bens e serviços supérfluos e de luxo;

3. Economia

Ao pensarmos o desenvolvimento de uma determinada região, nos clareiam os pensamentos da balança comercial Despesas X Receitas. A lógica de gestão impõe ao administrador não criar dívidas além da sua capacidade de pagamento. Porém, investimentos não podem integrar a rubrica de despesas como ocorre hoje na contabilidade roraimense.

O desenvolvimento econômico do nosso Estado perpassa pela necessidade de organização de todos os setores, os quais desenvolvem suas atividades sem uma orquestração voltada a melhoria da qualidade de vida de nosso povo, tendo como princípio aglutinador o acúmulo de capitais e uma relação promíscua com o poder público.

A reestruturação da dívida pública é essencial, bem como sua auditoria. Compreender e ampliar a capacidade de comprometimento do orçamento com investimento é primordial a retomada do desenvolvimento humano de forma sustentada. Não há possibilidade de remodelar o atual quadro econômico do Estado tendo o comprometimento de cerca de 70% dos recursos previstos para investimento, sendo destinados ao pagamento de dívidas contraídas em gestões anteriores.

A reformulação do sistema tributário também é importante para um reequilíbrio econômico do Estado. A desoneração do ICMS sobre alguns produtos que incentivam a geração de empregos, bem como a oneração deste imposto sobre outros serviços e mercadorias podem ampliar a capacidade de arrecadação do Estado.

Tendo em vista que o Governo Federal não regulamentou o imposto sobre grandes fortunas (IGF) iremos proporcionar a ampliação da incidência sobre as grandes fortunas por meio do ITCMD, cuja alíquota de isenção a ser proposta será de R\$ 300.000,00 e a incidência de percentuais até o limite de 8%, por faixas de patrimônio essa regulamentação, compensará os cidadãos e cidadãs, mais pobres, com a desoneração de outros serviços e produtos, a exemplo do ICMS pago pelo combustível, gás de cozinha e outros bens consumíveis essenciais a vida.

Um orçamento claro e exequível é essencial ao desenvolvimento humano das pessoas que constroem o Estado. A peça orçamentária da atualidade

consolida-se a partir de mensurações que não compõe a realidade orçamentária do Estado. Os recorrentes superávits financeiros no âmbito do orçamento são estratégias utilizadas atualmente pelos poderes constituídos para escamotear a aplicação de recursos públicos, retirando boa parte destes recursos de setores importantes a geração de emprego e renda, ou na garantia de serviços públicos de qualidade.

O orçamento público não pode permitir a existência de direcionamento de recursos públicos para financiar interesses específicos de trabalhadores públicos com saúde e educação, individual ou coletivamente de caráter privado. Esse debate será enfrentado com altivez pela Federação PSOL e REDE. Os recursos públicos dos poderes constituídos devem financiar a educação e a saúde pública gratuita e de qualidade, tendo em vista que o orçamento é uma peça contributiva de toda a sociedade, não podendo os recursos direcionar exclusividade a segmento da estrutura 'A' ou 'B', observando que isso consiste em privilégios que devem ser combatidos.

Desta mesma forma devemos combater privilégios apontados legalmente para setores produtivos, através de incentivos ou isenções fiscais, as quais não geram perspectivas ao coletivo da sociedade, atendendo apenas interesses pontuais destes segmentos privados. Exemplo as isenções fiscais destinadas ao setor de grãos e proteína, por meio da lei 215/1998, além dos subsídios destinados a plantação deste mesmo setor.

No tocante ao desenvolvimento da geração de emprego, distribuição de renda e agregação de valor a produtos priorizaremos as soluções cooperativadas de organização dos serviços e transformação, buscando interagir para essa produção relacionar-se com as necessidades básicas de nosso povo. A produção de alimentos deve ser priorizada, com apoio direto aos assentamentos da reforma agrária e as comunidades indígenas, os quais devem notabilizar-se na produção de animais de pequeno porte e demais insumos alimentares, priorizando alimentos saudáveis sem uso de agrotóxicos. O exemplo do arroz orgânico produzido pelo MST pode ser uma referência a ser seguida. Neste contexto de suporte a agricultura familiar o desenvolvimento de plantações coletivas é fundamental ao pleno suporte pelo Estado e a formulação

de matéria prima para equacionamento da demanda a ser gerada pelas cooperativas de beneficiamento da produção.

A produção de alimentos e seu beneficiamento possui importância no processo de desenvolvimento humano do Estado, seja pela diminuição do custo de vários itens alimentares ou pela capacidade de geração de empregos. Centenas de milhares de famílias encontram-se assentadas pela reforma agrária ou em lotes de colonização e nas comunidades indígenas sem possuírem uma política clara de produção, principalmente em virtude da falta de acesso a crédito. O sistema produtivo hoje do Estado baseia-se na criação de gado e produção de grãos em grandes áreas – o atual Governo investe na disseminação deste modelo nas terras indígenas e assentamentos. Projeto que precisa ser auditado para compreender os fornecedores de insumos, se não são os mesmos beneficiados por incentivos fiscais – ao passo que importamos farinha de mandioca de outros Estados.

Enfrentar esse dilema requer uma reorganização do setor agrícola, priorizando o mercado interno, diminuição do custo mensal do trabalhador com alimentos e ampliação da geração de emprego e distribuição de renda. As empresas estatais e as cooperativas de produção e comercialização assumem papel estratégico no reordenamento deste setor.

Neste contexto, o fortalecimento do crédito para agricultura familiar, pequenas e médias empresas é fundamental, devendo ser ampliada as inversões financeiras destinadas a Agência de Fomento do Estado, sendo 100% dos recursos destinados a financiamento da agricultura familiar desenvolvida até 4 módulos fiscais, pequenas e médias empresas, com prioridades a indústria da transformação.

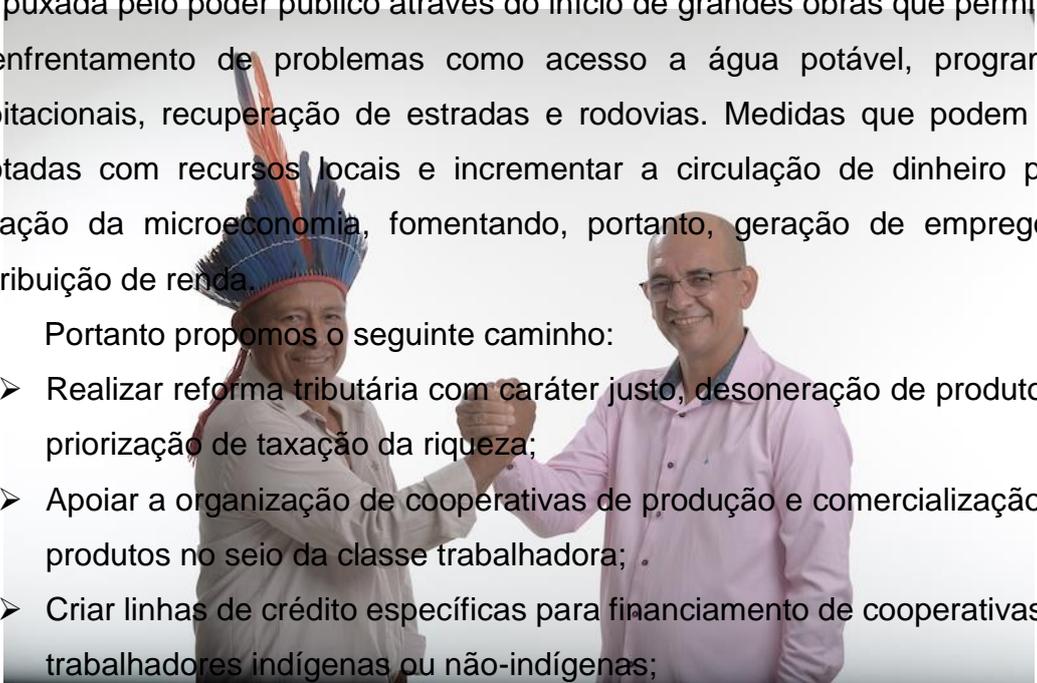
Pensar a o desenvolvimento humano de Roraima impõe a gestão pública fomentar alguns setores incipientes da economia, apesar de altamente atrativos a geração de renda e emprego a curto e médio prazo, dentre eles destaca-se o setor de turismo. As riquezas naturais e culturais de Roraima permitem uma política agressiva por parte deste setor, criando circuitos que permitam uma integração de diversas regiões do Estado. Os programas culturais e esportivos são importantes ao fomento desta movimentação de pessoas em nosso Estado. Pensar o desenvolvimento turístico para fora do Estado consiste um erro

histórico do setor em Roraima. Temos que construir um sistema sustentável internamente, para posteriormente ampliarmos nossa participação no mercado nacional e internacional de turismo, ações essas que podem ser concomitantes.

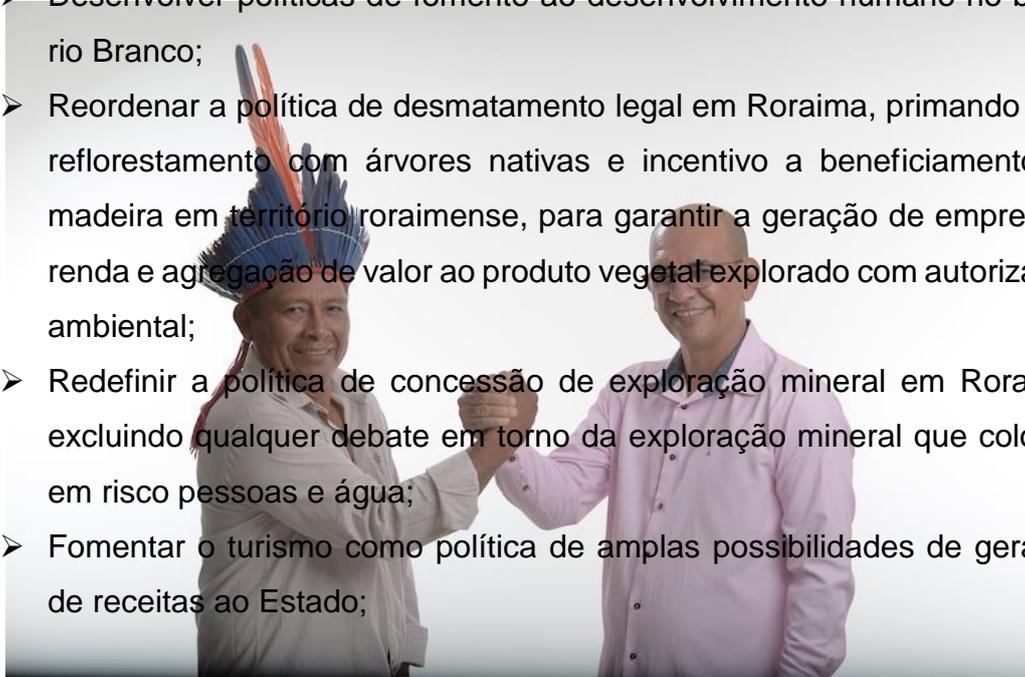
O desenvolvimento tecnológico pode contribuir para consolidação dos setores de cosméticos e farmacêutico como possibilidades em longo prazo para geração de emprego e distribuição de renda no Estado de Roraima. É necessário que possamos criar desde agora programas locais que permitam a inserção do Estado neste processo de produção, interligando-o com o programa de formação técnica promovido pelo Estado.

Em curto prazo o incremento financeiro a circulação de dinheiro deverá ser puxada pelo poder público através do início de grandes obras que permitam o enfrentamento de problemas como acesso a água potável, programas habitacionais, recuperação de estradas e rodovias. Medidas que podem ser adotadas com recursos locais e incrementar a circulação de dinheiro para ativação da microeconomia, fomentando, portanto, geração de emprego e distribuição de renda.

Portanto propomos o seguinte caminho:

- 
- Realizar reforma tributária com caráter justo, desoneração de produtos e priorização de taxaçaõ da riqueza;
 - Apoiar a organizaçaõ de cooperativas de produçaõ e comercializaçaõ de produtos no seio da classe trabalhadora;
 - Criar linhas de crédito específicas para financiamento de cooperativas de trabalhadores indígenas ou não-indígenas;
 - Fortalecer o papel das empresas estatais no processo de produçaõ local, principalmente através de parcerias com cooperativas de trabalhadores indígenas ou não-indígenas;
 - Fortalecer a criaçaõ de animais de pequeno e médio porte e sua industrializaçaõ;
 - Reorganizar o Distrito Industrial e Implantar a ZPE em parceria com o município, priorizando pequenas indústrias;
 - Renegociar o pagamento da dívida pública do Estado de Roraima;
 - Garantir o investimento mínimo em educação e saúde, sem contingenciamento dos recursos previstos;

- Implantar o orçamento participativo;
- Fortalecer o controle social das ações do Estado;
- Criar uma Central Estadual de Comercialização de Produtos Agrícolas – CEASA – na localidade de Novo Paraíso;
- Fortalecer a produção de alimentos;
- Reorganizar a produção de grãos, vinculando-a ao desenvolvimento de outros setores em Roraima;
- Criar junto aos pescadores artesanais uma política de financiamento e beneficiamento da produção, com incentivo a piscicultura, pesca artesanal, organização da comercialização de peixe ornamental;
- Desenvolver políticas de fomento ao desenvolvimento humano no baixo rio Branco;
- Reordenar a política de desmatamento legal em Roraima, primando pelo reflorestamento com árvores nativas e incentivo a beneficiamento da madeira em território roraimense, para garantir a geração de emprego e renda e agregação de valor ao produto vegetal explorado com autorização ambiental;
- Redefinir a política de concessão de exploração mineral em Roraima, excluindo qualquer debate em torno da exploração mineral que coloque em risco pessoas e água;
- Fomentar o turismo como política de amplas possibilidades de geração de receitas ao Estado;



4. Valorização Humana

A busca pela ampla humanidade no convívio social deve orientar a atuação de cada um de nós a partir da compreensão da existência do outro, bem como de seu modo de vida e crenças.

Essa valorização também deve observar o acesso da população a direitos como moradia, trabalho, lazer, educação e saúde. Buscar construir este processo de ressignificação social impõe a gestão pública o enfrentamento das enormes disparidades sociais e econômicas que existem na sociedade roraimense, bem como, o combate as violências impostas pelo preconceito.

O respeito as demandas apresentadas pelas comunidades indígenas, o reconhecimento da contribuição social e cultural destes cidadãos e cidadãs a nossa formação é essencial para começarmos a remodelar o convívio social em Roraima e proporcionarmos uma efetiva superação da promoção racista imposta por largas parcelas da sociedade aos nossos povos indígenas, compreendê-los como povos é fundamental, em virtude das grandes diferenças que sustentam suas milenares histórias de ocupação deste território. .

O respeito a orientação sexual de cada pessoa também é um ponto importante no atual contexto social. O reconhecimento dos direitos individuais e coletivos destes segmentos da sociedade, consiste não em um reconhecimento, mais na garantia de acesso a determinações constitucionais, hoje muitas vezes negadas pelo Estado Roraimense, a exemplo da conquista do direito ao nome social ou aos atendimentos clínicos para utilização hormonal.

Neste campo também se insere o respeito aos venezuelanos que enfrentaram um processo migratório massivo em virtude de problemas internos em seu país, em grande medida oriundo a partir da crise do preço do petróleo e do bloqueio econômico imposto pelos EUA, muitos dos quais devem se radicar em território roraimense, aproveitar o conhecimento técnico destes profissionais é fundamental ao projeto de Estado que buscamos construir em Roraima e a superação da xenofobia que se encontra ainda latente em nosso seio social.

O combate aos crimes contra práticas religiosas é fundamental em nossa sociedade. Não podemos permitir que o ódio religioso prospere em nosso Estado. A laicidade do Estado é essencial ao nosso desenvolvimento humano, com todas as religiões sendo respeitadas em seus rituais e suas práticas, primando pelo princípio da liberdade religiosa.

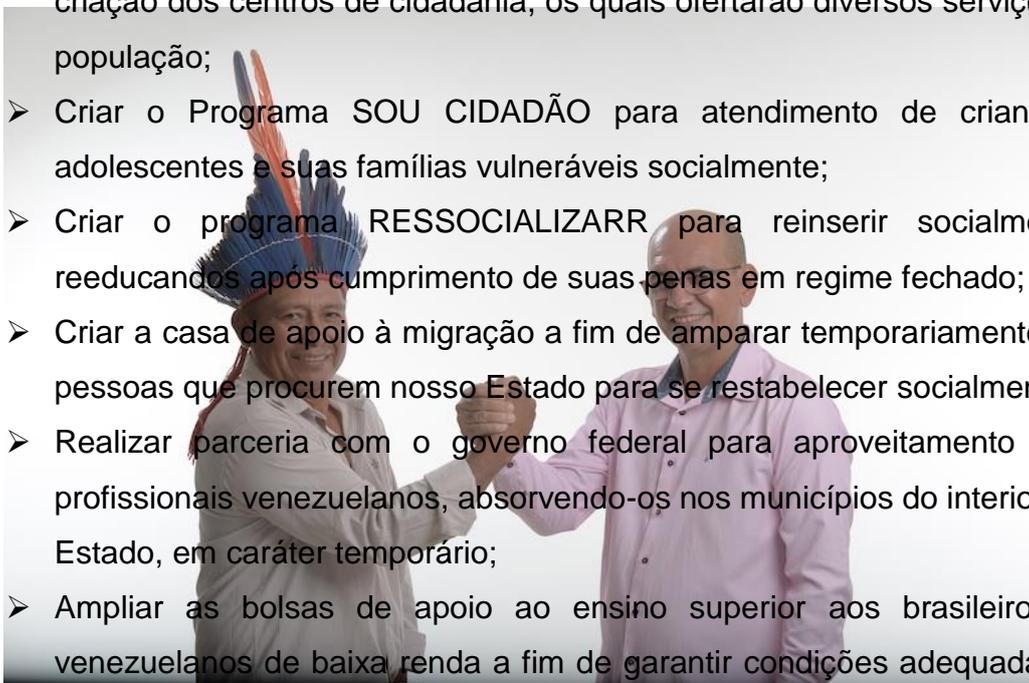
Um olhar importante para o Estado implementar é o pleno cuidado da população com deficiências. Esse extrato da sociedade precisa passar por um amplo processo de inserção social, em todas as políticas públicas, especificamente o acesso a saúde e a educação. Ações essas que necessitam estender esse acesso aos portadores de deficiências do interior do Estado, onde famílias suportam altos custos para garantir o mínimo de atenção à saúde destes cidadãos e cidadãs. Ampliar o apoio aos portadores de deficiência seja com as adequações necessárias do espaço público, ampliação de acesso ao serviço

público, suporte a permanência escolar ou mesmo apoio financeiro do Estado é fundamental ao desenvolvimento humano destas pessoas e de suas famílias.

Desta forma, a valorização social de nossas expressões perpassa diretamente pelo reconhecimento do outro, bem como a garantia de qualidade de vida. Buscando a harmonia como princípio norteador de nossa convivência social.

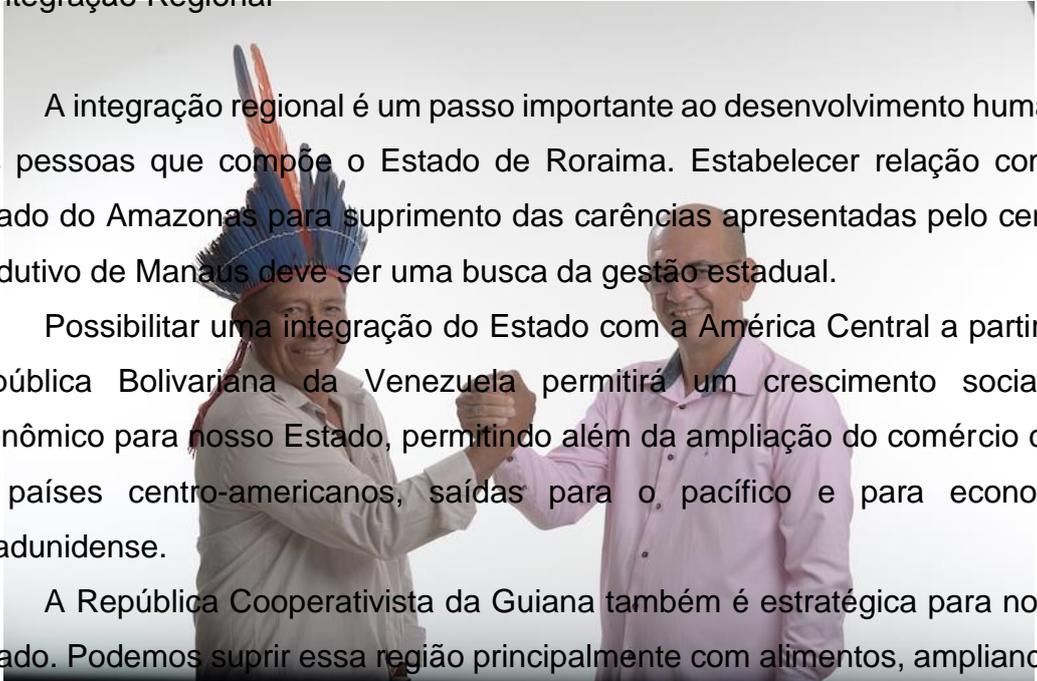
Assim propomos os seguintes encaminhamentos:

- Criação do programa VIVER BEM para garantir condições adequadas de moradia a população;
- Estabelecer parceria com a OAB, as universidades e faculdades para criação dos centros de cidadania, os quais ofertarão diversos serviços à população;
- Criar o Programa SOU CIDADÃO para atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias vulneráveis socialmente;
- Criar o programa RESSOCIALIZARR para reinserir socialmente reeducandos após cumprimento de suas penas em regime fechado;
- Criar a casa de apoio à migração a fim de amparar temporariamente as pessoas que procurem nosso Estado para se restabelecer socialmente;
- Realizar parceria com o governo federal para aproveitamento dos profissionais venezuelanos, absorvendo-os nos municípios do interior do Estado, em caráter temporário;
- Ampliar as bolsas de apoio ao ensino superior aos brasileiros e venezuelanos de baixa renda a fim de garantir condições adequadas à conclusão do curso superior;
- Propor em parceria com as instituições públicas e privada a absorção dos acadêmicos venezuelanos que comprovadamente cursavam ensino superior em seu país;
- Criar uma política de mídia que permita uma comunicação permanente com a população voltada a informações de direitos humanos, saúde, meio ambiente;
- Apoiar iniciativas coletivas de preservação ambiental;
- Realizar a 1ª Conferência Estadual da população LGBTQIA+ para definição de políticas públicas deste segmento;



- Realizar a Conferência de pessoas com Deficiência para definição de políticas públicas para esse segmento da sociedade;
- Promover campanhas em torno da liberdade religiosa e sua relação com a harmonia social;
- Combater a violência contra as mulheres e a comunidade LGBTQIA+, por meio de campanhas publicitárias;
- Fomentar campanhas publicitárias de valorização dos povos e da cultura indígenas;
- Promover uma cultura de PAZ no Estado de Roraima;

5. Integração Regional



A integração regional é um passo importante ao desenvolvimento humano das pessoas que compõe o Estado de Roraima. Estabelecer relação com o Estado do Amazonas para suprimento das carências apresentadas pelo centro produtivo de Manaus deve ser uma busca da gestão estadual.

Possibilitar uma integração do Estado com a América Central a partir da República Bolivariana da Venezuela permitirá um crescimento social e econômico para nosso Estado, permitindo além da ampliação do comércio com os países centro-americanos, saídas para o pacífico e para economia estadunidense.

A República Cooperativista da Guiana também é estratégica para nosso Estado. Podemos suprir essa região principalmente com alimentos, ampliando a capacidade de melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos e cidadãs, em virtude da ampliação do emprego e da distribuição de renda.

Essas relações comerciais possibilitarão ao Estado aumentar o fluxo de pessoas, melhorando a capacidade organizativa do nosso setor de serviços, entre eles o de turismo.

A integração deve se estabelecer através da participação do Estado de organismos oficiais existentes, bem como da criação de câmara de comércio, serviços e cultura específicos, as quais ampliarão as capacidades de negócios e relações culturais entre os povos.

6. Considerações Finais

Este programa não possui caráter finalístico. Engloba orientações que norteiam a atuação política da Federação formada pelo PSOL e REDE, seja para o processo de gestão pública ou para conscientização da população de que é necessário refundarmos os princípios que norteiam nosso viver.

O Bem Viver, a harmonia e a transparência devem ser diretrizes na busca da garantia da qualidade de vida de nosso povo. Conseguiremos superar os principais problemas que nos afligem quando compreendermos que necessitamos assumir os rumos de nosso Estado, pautando nossas ações na solidariedade.

Esperamos que este programa sirva para propiciar novos caminhos a serem seguidos pela sociedade roraimense.

